

Sobre medo, amor e engajamento: micropolítica das emoções a partir da militância de integrantes do coletivo Mães pela Liberdade¹

Maria Alice Magalhães da Silva Batista

Mestranda em Antropologia/Universidade Federal de Minas Gerais

<http://orcid.org/0000-0002-5917-9696>

mariaalicem00@gmail.com

Eu ainda tava muito emocionada com isso tudo de ver e vivenciar as dificuldades de vocês. Eu falei que eu não ia sossegar enquanto não tivesse uma mãe em cada esquina nessa cidade e enquanto tivesse uma violência, porque nós tudo ia gritar pra cidade ouvir (Márcia, em entrevista concedida em novembro de 2020).

O presente artigo propõe reflexões tecidas a partir das narrativas de integrantes do coletivo mineiro de familiares – especialmente mães – de pessoas LGBTQIA+², Mães pela Liberdade. O material a ser exposto é fruto de entrevistas em profundidade realizadas entre o final de 2020 e início de 2021, na ocasião de meu trabalho de conclusão de curso em Ciências Sociais; e de posterior trabalho de campo em eventos organizados pelas Mães em parceria com outros grupos LGBTQIA+ de Belo Horizonte durante o ano 2022, no contexto de minha pesquisa de mestrado em Antropologia. O trecho que abre o artigo é indicativo

- 1 Uma versão inicial desse artigo foi apresentada no Grupo de Trabalho “Antropologia das Emoções”, na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, coordenado por Maria Claudia Coelho e Raphael Bispo. Agradeço a ambos pelas sugestões. Agradeço, também, a Sabrina Finamori e Leandro de Oliveira pela leitura atenciosa e comentários, e, por fim, aos/às pareceristas pelas sugestões valiosas para o presente artigo.
- 2 Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, *queers*, intersexuais, assexuais e demais minorias de gênero e sexualidade. A sigla é comumente utilizada de modo a fazer referência à “comunidade” e ao “movimento” LGBTQIA+, tendo passado por uma série de modificações ao longo do tempo, especialmente a partir de dinâmicas e demandas por maior ou menor visibilidade de determinados segmentos, os quais passam a se inserir enquanto sujeitos políticos do que hoje chamamos movimento LGBT (Facchini & França, 2009). Ao longo do texto, optei por utilizar a sigla LGBTQIA+, excetuando-se casos em que me referia a falas de interlocutoras ou algum contexto em que a sigla era utilizada de outra forma, por exemplo textos mais antigos em que predominava o acrônimo LGBT.

do que pretendo abordar nas próximas páginas, a saber, o modo como as narrativas das interlocutoras foram permeadas por um discurso emocional, o qual envolve sua atuação política enquanto parte de um movimento social. A proposta é refletir, em um primeiro momento, sobre como as entrevistadas acionaram uma gramática emocional de modo a darem sentido às suas experiências para, em seguida, abordar como essa gramática também foi mobilizada enquanto ferramenta política de resistência na luta de tais pessoas pelos direitos dos/das filhos/as e contra a LGBTfobia do contexto brasileiro, em um cenário em que se colocam como aliadas e agentes no movimento LGBTQIA+ contemporâneo.

O Mães pela Liberdade foi fundado em Minas Gerais em 2020, a partir da fragmentação de membros anteriormente pertencentes à associação nacional Mães pela Diversidade³. Apresentam como seus principais objetivos o apoio aos seus filhos e filhas, a ocupação de espaços públicos de forma a fazerem visíveis as demandas do movimento, e o acolhimento de familiares de pessoas LGBTQIA+ que estejam passando por dificuldades em lidar com a revelação da orientação sexual e/ou identidade de gênero dos/das filhos/as (Batista, 2021). O coletivo é integrado por pessoas de todo o estado e apresenta maior mobilização em algumas cidades como Belo Horizonte e Juiz de Fora. As Mães⁴ da capital mineira, com quem tive mais contato, oferecem plantões semanais de acolhimento no Centro de Referência da Juventude (CRJ) da cidade, cujo objetivo é possibilitar uma espécie de rede de apoio para familiares e pessoas LGBTQIA+ que expressem tal necessidade. Além disso, costumam organizar eventos de confraternização, socialização e/ou formação, como rodas de conversa, piqueniques, *lives*, dentre outros. Se fazem presentes em uma série de eventos, dentre eles atos, marchas e protestos, bem como Paradas do Orgulho LGBTQIA+ e Semanas de Visibilidade Trans ou Lésbica, por exemplo.

As entrevistas que compõem esse artigo foram realizadas durante a pandemia do coronavírus, que teve início no ano de 2020, e demandou como uma das principais medidas de prevenção o isolamento social. Por esse motivo, se deram no âmbito virtual, através de chamadas de vídeo com cada uma das interlocutoras, que aqui serão chamadas de Márcia, Claudia, Teresa e Rita, de forma a resguardar seus nomes verdadeiros. Tiveram duração

3 O Mães pela Diversidade é um coletivo de mães e pais de pessoas LGBTQIA+, formado em 2014 em São Paulo, e que se espalhou pelos demais estados brasileiros a partir da formação de núcleos estaduais. O núcleo mineiro foi fundado em 2017 em Belo Horizonte, tendo se estendido a outros municípios do estado posteriormente, mas mantendo uma maior concentração de atividades na capital. Em 2020, após uma série de discordâncias das Mães de Minas Gerais quanto ao modo de organização e mobilização assumido pelas lideranças de São Paulo, as integrantes mineiras optaram por se desassociar do grupo e criar um movimento próprio.

4 Ao longo do artigo, a categoria “Mães” foi grafada com a primeira letra maiúscula quando referindo-se às integrantes do coletivo, de modo a diferenciar os momentos em que o termo foi mobilizado de uma forma geral daqueles em que se referia a elas.

variada, sendo a mais curta de quase uma hora e a mais longa de aproximadamente quatro horas, tendo se dividido em dois dias distintos. Em 2022, retomei o contato com as Mães, tendo acompanhado alguns eventos em que se fizeram presentes em Belo Horizonte, em um contexto de retomada das atividades coletivas presenciais⁵. Em tais ocasiões, tive a oportunidade de ver e conversar com Márcia e Teresa, que permaneceram mais ativas junto ao coletivo em relação a Claudia e Rita, bem como com outras Mães que fui conhecendo ao longo do campo.

As interlocutoras apresentaram um perfil relativamente semelhante em termos de raça, classe e geração, apresentando-se enquanto mulheres cisgênero brancas e de classe média, com idades entre cinquenta e setenta anos, sendo esse o perfil geral da maioria das integrantes do coletivo. Com exceção de Rita, que é pansexual, todas as outras entrevistadas são heterossexuais. Márcia é mãe de um filho gay, Teresa e Claudia são mães de filhas lésbicas e Rita de uma filha bissexual. Durante os eventos em que pude estar em campo, destacou-se a maior presença no coletivo de mães de filhas/os trans e de filhos gays.

Ainda que não seja a discussão central desse artigo, vale destacar que a fala de Márcia em referência à comunidade LGBTQIA+ foi intercalada por momentos em que mobilizava o “eles” e em outros o “vocês”, como exemplificado no trecho de abertura, tendo em vista que me declarei lésbica ao ser interpelada por ela. Perguntas sobre a minha sexualidade e pertencimento ao movimento LGBTQIA+ se fizeram recorrentes tanto pelas entrevistadas quanto por outras Mães com quem conversei durante o campo. Nas entrevistas, tais indagações ocorriam de forma mais direta, em que elas me perguntavam se eu era *LGBT ou heterossexual*⁶, ao passo em que durante os eventos em que estive presente, era comum que algumas Mães me tomassem como filha de alguma integrante do coletivo, ocasiões em que eu explicava que estava lá como pesquisadora e que não tinha relação de parentesco com nenhuma delas. Ainda que não fosse propriamente uma *filha*⁷,

5 Durante a pandemia, todas as atividades do coletivo foram pausadas ou adaptadas ao mundo virtual, tendo sido retomadas no modelo presencial apenas em 2022.

6 Ao longo do artigo, utilizo o itálico quando estiver reproduzindo as falas e categorias das próprias interlocutoras no meio do texto, sendo as citações maiores colocadas em recuo. As falas das interlocutoras não foram reproduzidas na íntegra, tendo sido recortados e selecionados trechos mais pertinentes às discussões aqui propostas.

7 Essa é uma categoria bem recorrente entre as Mães, a qual, sob minha perspectiva, atuava como uma forma de identificação de pessoas que não são integrantes do coletivo, mas também não são totalmente “de fora”. Interpretei que indagações sobre *quem era minha mãe* ou *de qual mãe eu era filha*, revelavam um processo em que buscavam ler o meu lugar junto a elas. Havia, nesses momentos, uma percepção rápida de que eu provavelmente não era uma Mãe pela Liberdade, tendo em vista que sou relativamente jovem, e de que me encontro em uma faixa etária mais próxima à dos/as filhos/as de boa parte das integrantes. Nesse sentido, a primeira conclusão de boa parte delas era a de que eu poderia ser uma filha de alguém do coletivo.

senti em muitos momentos que elas me tratavam em uma relação que era, por vezes, de cuidado. Penso que essa forma de se relacionar por parte delas é algo comum em suas interações com pessoas LGBTQIA+ de forma geral, na medida em que, como pontuado por muitas delas, elas acabavam *se tornando mães de muitas/os filhas/os*. Assim, penso que esse ser “de dentro” ou “de perto” (Gomes & Menezes, 2008) da comunidade em questão trouxe repercussões à minha pesquisa, especialmente uma maior abertura e acolhimento por parte delas, que me ofereciam histórias do coletivo e relatos familiares muitas vezes antes mesmo de eu perguntar.

Destaca-se, nessa direção, o que coloquei em termos de um borramento dos pretensos limites entre o meu “corpo-pesquisador” e “corpo-lésbico”, através de uma perspectiva que reivindica a produção de saberes localizados e de uma objetividade corporificada (Haraway, 1995). É, também, uma tentativa de “reconhecer a posição a partir da qual fazemos nossas perguntas e nossas interpretações”, na medida em que “nossas subjetividades formam o núcleo da teoria e método antropológicos.” (Blackwood, 1995, p. 55, tradução minha). Assim, em consonância com uma produção antropológica mais recente, encaro a empreitada de esconder as subjetividades e/ou emoções que permeiam nossas experiências de pesquisa e posterior escrita, típica de momentos iniciais da disciplina (Pratt, 2016), como pretensão a ser desafiada.

Dimensões teóricas: o campo das emoções

Contra-pondo-se ao senso comum de que as emoções seriam fenômenos universais e uma essência da humanidade que se manifesta da mesma forma em todo lugar, a antropologia das emoções se institucionalizou no contexto norte-americano a partir da década de 1980⁸, tomando-as como objeto de pesquisa social, histórica e culturalmente demarcado. Nessa direção, Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010) destacaram que as emoções adquiriram em nossa visão de mundo ocidental o duplo caráter de universalidade e singularidade, na medida em que são vistas como invariáveis e compartilhadas por todas as sociedades e pessoas, ao mesmo tempo em que derivam do

8 Ainda que a antropologia das emoções enquanto campo delimitado tenha se formado a partir de 1980, debates antropológicos que abordavam dimensões emocionais em sua análise precederam esse momento. Alguns clássicos da antropologia foram precursores em suas análises de aspectos envolvendo emoções, como Marcel Mauss em *A expressão obrigatória dos sentimentos* (1979), em que argumentou sobre como determinadas expressões emocionais eram também perpassadas por aspectos culturais, por exemplo pela obrigação social em demonstrá-las publicamente. Na década de 1930, Margaret Mead publicava *Sexo e Temperamento em Três Sociedades Primitivas* (1999), no qual trazia dimensões emocionais e de personalidade para a sua análise, argumentando que havia um importante componente cultural na formação de características psicológicas, temperamentais e emocionais de pessoas de diferentes sociedades.

interior de cada indivíduo. O olhar antropológico sobre elas se estruturou, assim, de forma a compreendê-las como categorias analíticas contextualizadas e socialmente erigidas.

Uma das autoras seminais de tal campo, Michele Rosaldo (2018) propôs um olhar para a categoria das emoções não como substâncias universais mapeáveis em nossos corpos, mas como práticas sociais; “sentimentos incorporados” e “pensamentos sentidos”, rompendo com as dicotomias ocidentais entre corpo e mente e razão e emoção. Também fundante do campo, Catherine Lutz (1990) discorreu sobre como nessa dicotomia entre razão e emoção, a segunda foi atrelada no contexto ocidental ao domínio do feminino. Isso porque ambas as categorias ocupariam o âmbito do natural, irracional e subjetivo em oposição à cultura e razão, creditadas ao masculino. Dessa maneira, Lutz argumentou que os discursos em torno da emoção seriam discursos sobre gênero. A autora apontou, ainda, que essa ligação entre emoções, mulheres e natureza se daria, entre outros aspectos, através do foco comumente colocado nos sentimentos teoricamente advindos da maternidade, como amor, cuidado e conexão enquanto essências do que seria ser mulher e mãe (Lutz, 1990).

Catherine Lutz e Lila Abu-Lughod (1990) propuseram uma abordagem sobre as emoções especialmente rentável ao campo, isto é, o contextualismo. Nela, as emoções extrapolariam o seu caráter de construto histórico-cultural, sendo encaradas como “um modo de ação social que produz efeitos no mundo” (Lutz & Abu-Lughod, 1990, p. 7). Seriam, portanto, algo que existe em contexto e/ou relação, sendo capazes de produzir transformações nas relações de poder. Como salientado por Rezende e Coelho (2010), a inovação de tal perspectiva seria a de se propor uma micropolítica da emoção, através da qual seria possível perceber a “capacidade para dramatizar, reforçar ou alterar as macrorrelações sociais que emolduram as relações interpessoais nas quais emerge a experiência emocional individual.” (Rezende & Coelho, 2010, p. 66).

O lugar das emoções e afetos nos movimentos sociais foi abordado em distintos contextos, a partir de análises em que ora são mobilizados como expressivos da motivação para o engajamento político e dos valores de determinado movimento (Rolemberg, 2021); ora como legitimadores dessa atuação, como meio de comunicar experiências de luta e de buscar adesão a ela (Álvarez, 2011). Também no contexto de reivindicações sociais, mas não necessariamente pela via dos movimentos, as emoções foram analisadas como espécie de ferramenta mobilizada a partir da evocação de discursos morais e emocionais que apelavam, por exemplo, à empatia e solidariedade de grupos que detêm o poder de assegurar direitos a determinadas minorias de gênero (Freire, 2020). No contexto de movimentos de mães de pessoas LGBTQIA+, Kaito Novais (2018) argumentou como as

Mães pela Diversidade, com as quais realizou sua pesquisa, se aproveitavam da associação entre emoções e feminilidade. O faziam através da apropriação de emoções e características tidas em nosso ideário como femininas e ligadas ao ser mãe, por exemplo amor, cuidado e acolhimento, de forma a legitimarem os processos de denúncia e luta contra a LGBTfobia.

De forma geral, em movimentos liderados por mães, como por exemplo na luta por justiça por filhos vitimados pelo Estado, há em comum o manuseio da maternidade como fonte de legitimação moral às suas reivindicações. Ainda que não sejam necessariamente o foco de análise dos textos que abordam tais movimentos, como em Jurema Brites e Claudia Fonseca (2013), e Adriana Vianna e Juliana Farias (2011), as emoções aparecem como um pano de fundo. Nos relatos apresentados, destacam-se falas sobre a dor de perder um filho, o consolo de compartilhar experiências com outras pessoas que “sentiam na pele” o mesmo que elas, assim como a noção de que a luta no movimento ajudava a “transformar a dor em solidariedade e amor” (Brites & Fonseca, 2013, p. 871).

Assim, partindo da perspectiva proposta por Lila Abu-Lughod e Catherine Lutz (1990) em se pensar as emoções como práticas discursivas que criam efeitos no mundo, a ideia desse texto é evidenciar a mobilização de um discurso emocional por parte de minhas interlocutoras de pesquisa. Tal acionamento esteve especialmente presente nas narrativas sobre os processos de adesão e ativismo junto ao coletivo, como veremos posteriormente. Além disso, pretendo abordar as transformações nas subjetividades vivenciadas e agenciadas por elas a partir da sociabilidade com outras Mães e com pessoas pertencentes às minorias sexuais e de gênero. Por fim, proponho uma discussão sobre como os discursos do coletivo trazem o amor como categoria central, a partir de uma perspectiva em que é através desse sentimento que elas constroem o seu engajamento político.

Adentrando a militância: medo, violência e engajamento

Ainda que não fosse o foco de minhas questões de pesquisa à época, o acionamento de um discurso emocional por parte das interlocutoras para tratar de suas experiências familiares e militantes ocupou importante espaço em suas falas. Seja nas narrativas sobre os processos de descobrimento acerca da orientação sexual das filhas e filhos⁹, de *rompimento da bolha* em que viviam através do acesso a informações sobre a comunidade

9 Ainda que não seja o foco desse texto, as narrativas sobre a “saída do armário” das/os filhas/os foram formuladas através do acionamento de uma série de emoções sentidas à época, como medo, angústia, preocupação e culpa. Essas formulações se encontram em consonância com a pesquisa de Leandro de Oliveira (2013), segundo o qual a revelação da homossexualidade nunca passa emocionalmente em branco nas narrativas de familiares, em que a mobilização de sentimentos denota a intensidade da experiência vivida e a sua demarcação na memória dessas pessoas.

LGBTQIA+, ou da entrada e atuação no Mães pela Liberdade, a mobilização de sentimentos como aspecto central de tais experiências não deixou de se fazer presente.

O ano de 2018 apareceu como data marcante e um divisor de águas nas falas de todas elas. As disputas e tensões políticas decorrentes das eleições presidenciais trouxeram matizes específicos para essas mulheres que, além de se posicionarem contrárias ao projeto político do então candidato Jair Bolsonaro, tinham o diferencial de serem familiares de pessoas LGBTQIA+. Essa distinção dizia respeito ao fato de que as minorias de gênero e sexualidade foram, em muitos momentos, um dos alvos dos discursos morais do então presidente, cujas falas incitavam o desrespeito e a violência contra tal comunidade, instigando um clima de incertezas, medo e instabilidade. Ser mãe de LGBTQIA+ significava, então, nutrir laços de afeto com pessoas pertencentes a um grupo com vidas menos vivíveis (Butler, 2019).

Era, nesse sentido, um momento de medo e preocupação duplos, na medida em que, como apontado por algumas Mães ao longo do campo, não apenas temiam pela vida dos/das filhos/as, mas também por sua saúde mental e bem-estar emocional. Em um evento virtual em que algumas Mães foram convidadas a fazerem um balanço dos quatro anos de governo Bolsonaro logo após as eleições de 2022, em que o mesmo não conseguiu se reeleger, uma delas narrou, por exemplo, que a filha, uma mulher trans lésbica, havia sofrido com ataques de pânico durante o período, tendo o seu cotidiano afetado pelo medo em relação à situação política da época, especialmente a violência direcionada à população trans¹⁰.

É nesse sentido que, ao serem indagadas sobre o processo de adesão ao Mães pela Liberdade, algumas das entrevistadas mobilizaram o medo quanto ao futuro das/os filhas/os como uma das principais emoções que estiveram envolvidas em sua entrada para o coletivo. Teresa trouxe a questão bem delineada a partir de descrições sobre como ficou *morrendo de medo e assustada* com o que aconteceria a seguir, na medida em que o *quadro de violência do Brasil* já era preocupante, e que o mencionado candidato estaria *incentivando e dando carta branca* para o fortalecimento de tais comportamentos. Ela contou, ainda, que sua entrada para o coletivo ocorreu alguns meses após o período eleitoral, o qual estava *afetando-a muito pessoalmente* e deixando-a *fragilizada*. Esse processo de adesão foi descrito como *maravilhoso*, tendo em vista que se conformou enquanto um espaço em que teve atendidas suas necessidades de *acolhimento* e *conversa*.

10 Ela materializou essa violência aguçada no período eleitoral com o exemplo de um caso que repercutiu nas redes sociais à época, de travestis que haviam sido agredidas em uma movimentada rua de Belo Horizonte. Na ocasião, testemunhas apontaram ter sido um caso de transfobia, em que duas travestis haviam sido agredidas por apoiadores de Jair Bolsonaro (Estado de Minas, 2018).

Márcia, que à época já integrava o coletivo, contou que houve um crescimento de familiares que passaram a procurar o grupo, motivadas pelo medo e angústia frente ao cenário eleitoral. Segundo ela,

todo mundo ficou com medo, e era um medo real. Porque o discurso de ódio era muito grande e tava legitimando a violência, né? As pessoas estavam sendo ameaçadas na rua por serem quem são. Então nós ficamos muito tensas na época (Márcia, em entrevista concedida em novembro de 2020).

Mesmo não sendo extensamente abordadas aqui, as falas de Rita e Claudia também trouxeram as eleições de 2018 como momento de contato com o coletivo, ainda que não tenham mobilizado a categoria do medo de forma direta. Rita contou que foi nessa época que descobriu sobre a sexualidade da filha, e passou a desejar mais informações sobre o assunto, bem como um engajamento maior de sua parte frente ao cenário político. Claudia, que já tinha experiência em movimentos sociais desde a juventude, revelou que conheceu as Mães em uma manifestação contrária à candidatura de Bolsonaro e que, após a vitória do mesmo, passou a intensificar sua atuação política.

A história da entrada de Márcia no coletivo é, na verdade, a história da criação do mesmo. Em conjunto com algumas outras mulheres, foi ela uma das principais responsáveis por fundar o núcleo mineiro do Mães pela Diversidade em 2017, tendo estado presente, também, no processo de desvinculação e criação do Mães pela Liberdade em 2020. A aproximação com a militância LGBTQIA+ se deu após o falecimento de sua mãe, de quem cuidava há alguns anos, ocasião na qual seu filho aconselhou-a a realizar atividades que preenchessem o tempo livre, dando a ideia de que ela se aproximasse do Mães pela Diversidade. Ao contatar a associação por meio de redes sociais, descobriu que não havia, ainda, um núcleo mineiro, tomando para si a tarefa de fundá-lo. Nesse processo, passou a ter acesso a uma série de informações e notícias sobre a LGBTfobia no contexto brasileiro, criando nela o temor quanto a possíveis violências sofridas pelo filho:

Porque ter um filho gay, ok. Quê que eu posso fazer? E quê que vai mudar a minha vida? Em nada, como realmente não mudava em nada. Pra mim era muito natural. Mas eu não tinha noção do que era a vida dele para a sociedade. Eu tinha noção do que ela era pra mim, do tanto que ela valia pra mim. [...] Comecei a procurar páginas LGBT, sites, e eu lembro que em uma das pesquisas eu fui pro Grupo Gay da Bahia. Aí aquele soco no estômago, né? [...] Aí que eu fui saber que o Brasil era o país que mais matava [pessoas LGBT no mundo]. Gente, isso pra mim me tirou o sono, sem brincadeira.

Eu entrei na página, comecei a seguir e veio a primeira porrada... “Brasil, primeiro lugar no ranking de matar LGBT”. Fiquei pasma, foi um soco

na minha barriga. Falei assim: Meu Deus! Como eu passei a vida inteira achando que cuidar do meu filho bastava pra manter ele vivo? Bastava pra ele ser feliz? Gente, aquilo foi um negócio que me chocou. (Márcia, em entrevista concedida em novembro de 2020).

As falas de Márcia trazem esboços de sensações que, se não são emoções no sentido estrito do termo, estão conectadas a elas a partir da compreensão das mesmas como “pensamentos sentidos através de rubores, pulsos, movimentos de nossos fígados, mentes, corações, estômagos, pele”. (Rosaldo, 2019, p. 38). Ainda que ela não tenha falado do medo propriamente dito, houve um acionamento de expressões que remetem a ele, bem como às noções de desconforto e ameaça. É especialmente interessante a relação posta nas falas de Teresa e Márcia entre a violência e o medo, sendo a primeira explicativa do surgimento do segundo. No trecho acima reproduzido, é também pertinente o modo como a segunda mobiliza metáforas que evocam a violência para descrever a maneira como se sentiu, por exemplo *aquela soco no estômago* e *a primeira porrada*.

Assim, a percepção da LGBTfobia no contexto brasileiro produziu nessas Mães o entendimento de que seus/suas filhos/as não estavam seguros/as apenas por serem aceitos/as no âmbito doméstico, na medida em que, no cenário público, suas vidas são menos vivíveis e passíveis de luto (Butler, 2019). Dentre outras questões, o medo da perda dos/das filhos/as e a necessidade em partilharem o sentimento e serem *acolhidas*, como colocado por Teresa, demarcaram a experiência de engajamento de tais mulheres. Ainda que o medo tenha sido tomado como central nessa primeira análise, vale destacar que ele apareceu acompanhado de outras emoções nas falas das entrevistadas, podendo ser rentável uma perspectiva de que ele integra um complexo emocional (Coelho, 2010), aparecendo acompanhado de emoções e sentimentos como ódio, angústia, fragilidade e tensão. Como veremos a frente, o amor também constou como parte desse complexo que delineou as narrativas de tais mulheres acerca de seu envolvimento com a militância.

Saindo da bolha: transformações e subjetividades a partir da militância materna

A partir do engajamento no coletivo, foram consonantes as narrativas das entrevistadas sobre transformações em suas subjetividades. Márcia referiu ao processo de se informar sobre a realidade social das minorias sexuais como o ato de *sair da bolha*. Nesse sentido, é a partir dessa saída e da atuação ao lado de outras Mães e de pessoas conformadas pelas mais amplas diversidades de gênero e sexualidade, que tais mulheres reinscreveram suas formas de ver e se posicionar no mundo. Márcia abordou como passou a perceber os casos de LGBTfobia em seu cotidiano, por exemplo através dos noticiários, demonstrando como a própria forma de enxergar a realidade ao seu redor foi transformada

nesse processo. Mais do que isso, o acesso a narrativas distintas de suas próprias vivências teve como um primeiro e importante impacto a percepção da alteridade.

Teresa abordou esse choque frente à alteridade a partir do relato sobre a sua experiência inicial com o Mães pela Diversidade. Sua primeira ida ao CRJ se deu durante uma roda de conversa organizada pelo coletivo, em que uma travesti publicamente conhecida na cidade havia sido convidada para falar sobre a própria história de vida, marcada na memória de Teresa pela reiteração de desafios, sofrimentos e violências experienciadas. Ao se encontrar frente a frente com ela, Teresa relatou ter sentido *constrangimento*, na medida em que *ficava sem graça de olhar, de ela achar que eu tava reparando ela demais. E eu tava mesmo. Tava achando curioso, tudo muito diferente do meu mundo*. Isso porque ela nunca havia se encontrado tão próxima de uma travesti, despertando a sensação de ser uma realidade completamente distinta de sua própria. Ao prosseguir a narrativa, ela apontou que foi *serenando, tentando lidar com o próprio conflito. Aí eu fui vendo que ela é só um ser humano! Ela é um ser humano igual a mim, igual a qualquer outra das mães*.

Destaca-se, assim, como as sensações acionadas por ela, como o constrangimento, a curiosidade e o conflito, emergem em um contexto social específico, em que a humanidade de um grupo, a saber, de mulheres trans e travestis, não é dada de antemão, mas precisa ser construída por tais pessoas. Podemos pensar tal questão à luz do argumento de Judith Butler (2020), segundo a qual as existências que não se conformam à matriz heterossexual habitam as “zonas ‘inóspitas’ e ‘inabitáveis’ da vida social, que são densamente povoadas por aqueles que não gozam do status de sujeito.” (Butler, 2020, p. 112). Teresa concluiu a narrativa apontando que percebeu, retrospectivamente, *o salto que teve ao se aproximar de outras possibilidades de existir*. Além disso, declarou ter percebido que o mundo e as pessoas são *diversos*, e que essa diversidade, ainda que não compreendida em sua integralidade, deve ser *respeitada*. Segundo ela, *“você tem que entender que é um ser humano e que tem que respeitar. Que chora, que ri, que briga, que sente, que ama, que tem defeitos, que tem qualidades assim como nós todos temos*.”

Essa construção de humanidade se dá, por vezes, e como demonstrado no trecho acima, através de falas que acionam emoções, especialmente a dor e o sofrimento das violências vivenciadas, para assim instigarem empatia e a própria humanização. É a partir do momento em que percebe que travestis também sentem tristeza, alegria, raiva, amor, e por isso choram, riem, brigam e amam, assim como todas as outras pessoas, que a condição de humanidade é concedida a elas. Ao analisar o modelo de petição que visa a efetivação do direito à alteração do nome e/ou sexo por pessoas transexuais elaborada no Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e Direitos Homoafetivos do Rio de Janeiro, Lucas Freire

(2020) constatou a produção de uma imagem de tais sujeitos como vítimas da natureza e da sociedade, assim como a construção de um apelo emocional e moral, baseado na prerrogativa do direito à dignidade humana de tais pessoas. Segundo ele, haveria uma tentativa de evocar empatia e compaixão a partir dessa imagem construída de pessoas trans como vítimas sujeitas a uma série de violências ao longo da vida. Há, assim, um agenciamento recorrente de emoções como forma de lograr desde a humanização de tais pessoas até a sua admissão enquanto sujeitos de direitos frente ao Estado.

É, também, nesse processo de percepção da alteridade que ocorre um outro, de desconstrução e aprendizagem, o qual perpassou e foi perpassado pelo engajamento político de tais mulheres. Claudia destacou que *a gente aprende muito. Quando você faz um acolhimento e vê outros casos, situações que as pessoas tão passando, coisas que às vezes a gente fala sem querer, e que não tá politicamente correto. Então é um aprendizado mesmo*. Rita comentou como essa *participação foi uma mudança total de vida em termos de aprendizado, de conhecimento e de tudo que eu não tive uma vida inteira, porque o meu núcleo jamais me possibilitaria isso*. Teresa acrescentou, em outro momento, que *a escuta te fortalece muito, e te faz sentir uma pessoa melhor. Você aprende, tem mais empatia*. Márcia pontuou como a partir desse engajamento, as Mães passavam até mesmo a *questionar* a forma como se davam as suas relações, especialmente o *machismo* dos companheiros em suas interações cotidianas. Vale destacar que esse aprendizado está intimamente marcado pela noção de experiência, em que é a partir de seu compartilhamento que elas aprendem e se engajam. Há, nesse sentido, uma demarcação do coletivo como o que Claudia colocou enquanto *escola política*, ou seja, essa aquisição de conhecimento político através da prática e da experiência.

Adicionado a isso, o coletivo constou em algumas das falas como espaço de sociabilidade e criação de laços de afeto, atuando como uma espécie de rede de apoio ampliada. Não foram raras as falas de integrantes sobre como o coletivo era uma fonte de *força, amparo, colo, empatia e acolhimento*. Destaca-se, assim, a adesão à militância materna enquanto atuante na metamorfose das subjetividades e relações dessas mulheres. A saída de dentro do armário por parte das/dos filhas/os as impulsionou, em diferentes níveis, rumo ao engajamento para fora do espaço doméstico. Essa atuação, por sua vez, operou na transformação das relações internas a tal âmbito, reescrevendo as tessituras subjetivas e familiares de tais mulheres. Há, portanto, uma empreitada em que, como apontado por Márcia, *o movimento social mexe com toda uma história das pessoas*.

O armário e o amor: trabalho emocional e micropolítica das emoções

Em outro momento (Batista, 2021), explorei o que considerei como duas das principais estratégias de mobilização por parte das Mães pela Liberdade, sendo elas a ocupação dos espaços públicos¹¹ e o processo de sair do armário enquanto “mães de LGBT” (Novais, 2018). Retomo a segunda nesse artigo, de forma a pensá-la a partir de uma análise das emoções. O trecho a seguir, proferido por Márcia durante nossa entrevista, bem demonstra a noção em torno da ideia de *sair do armário*, ou de *tirar as Mães do armário*:

Porque eu queria mostrar, e isso trouxe muita mãe. Eu falo assim “vem ser feliz, sair do armário é libertador”. Na hora que você liga o botão do foda-se pro povo, não tem nada melhor do que você ser você mesma. Porque a mãe para de ficar incomodada. Começa aquela conversa e ela tem um olhar de enfrentamento que ela mata o outro na hora que tá conversando. As pessoas param de violentar essas mães [Márcia, em entrevista concedida em novembro de 2020].

Márcia acrescentou que quando os comentários de terceiros sobre a orientação sexual e/ou identidade de gênero dos/das filhos/as *incomodam* uma mãe, é porque ela não está *bem resolvida*, o que deve ser *trabalhado* por ela através do *diálogo*. Seria necessário, então, que ela *refletisse* para *mudar*. Sair do armário nesse contexto remete ao processo agenciado por essas Mães, em que o fato de as/os filhas/os serem LGBTQIA+ deixa de ser uma questão associada à dimensão de problema ou anormalidade, e que por isso deveria ser escondida. É descrito, ainda, como um movimento *libertador* e *empoderador da própria condição de pessoa*. Vale destacar que ainda que essa experiência assuma significados emocionais e sociais distintos para pessoas LGBTQIA+ e para as Mães, em sua maioria heterossexuais e cisgênero, há uma similitude quanto à noção de que esse movimento é *libertador*.

Pertinente destacar como a LGBTfobia, exemplificada na fala de Márcia por comentários jocosos ou especulações de terceiros acerca da orientação sexual de um/uma familiar, apareceu não apenas como uma violência experienciada por parte de pessoas

11 Tanto a partir das falas das interlocutoras quanto do acompanhamento do coletivo, foi se delineando como uma estratégia importante agenciada por elas a ocupação de espaços e eventos públicos da cidade enquanto mães de LGBTQIA+. Em tais ocasiões, elas se valiam de um repertório simbólico - através de faixas e adereços com as cores do arco-íris - e discursivo - a partir do destaque à posição de mães - para demonstrarem o apoio aos filhos e filhas e à comunidade LGBTQIA+ como um todo. Em 2022, por exemplo, o coletivo ajudou a organizar um “piquenique das famílias”, que ocorreu em uma praça movimentada da capital mineira, assim como um desfile de moda protagonizado por Mães e seus/suas filhos/as em um complexo de bares e lojas da cidade, considerado um dos pontos de lazer mais tradicional e movimentado de Belo Horizonte. Em anos anteriores, destacava-se, também, a participação de membros do coletivo em blocos de carnaval de rua voltados à comunidade, nos quais elas subiam nos trios para discursarem sobre a importância do *acolhimento* e *orgulho* por parte de familiares de minorias sexuais e de gênero.

que são LGBTQIA+, mas também por seus familiares. Há uma transmutação em que a dor das/dos filhas/os vira, também, a dor das mães. Desse modo, é apenas a partir do processo de *libertação*, em que a identidade social das/dos filhas/os passa a ser uma fonte de *empoderamento* também para elas, que as mesmas *deixam de ser violentadas*.

Tais falas são demonstrativas de como esse *sair* ou *tirar as Mães do armário* figura enquanto uma forma de trabalho emocional, como proposto por Arlie Hochschild (2013). Segundo a autora, o trabalho emocional seria a tentativa deliberada de se modificar um sentimento. Tal empreitada pode se dar a partir da evocação ou da supressão; isto é, da tentativa de evocar um sentimento anteriormente ausente, ou do trabalho sobre uma emoção presente da qual se deseja livrar. Hochschild argumentou, ainda, que tal fenômeno se refere à tentativa de transformar um sentimento, o que significa dizer que não necessariamente tal esforço será bem-sucedido, ainda assim constando como um exemplo de trabalho emocional. O que importa analiticamente é a tentativa de se exercer algum efeito sobre as emoções.

No caso das Mães, destacou-se como transformam - ou se empenham em transformar - emoções de *vergonha*, *medo*, *angústia* e *desconforto*; ou, melhor dizendo, se empenham em um trabalho de supressão desses sentimentos, concomitante ao de evocação de outros, como *amor* e *orgulho*. Além disso, ainda que por vezes o que seja colocado como objetivo do coletivo apresente-se a partir do *tirar as Mães do armário*, Márcia destacou como esse é um movimento que só se torna possível através do agenciamento da própria pessoa. Segundo ela, enquanto integrante do movimento, ela *não pode mudar ninguém, mas pode provocá-la pra ela se mudar*, na medida em que *quem sai do armário é a própria pessoa*. Tal noção revela que esse é um processo compartilhado e coletivo, no qual há um trabalho emocional pretendido “do self sobre o self, por alguém sobre outros e pelos outros sobre alguém” (Hochschild, 2013, p. 187).

Teresa elaborou uma narrativa que parece exemplificar esse movimento de *saída do armário*. Ela contou que inicialmente sentiu certa apreensão em circular a informação sobre a lesbianidade da filha, na medida em que *a gente se deixa ser atingido pela avaliação do outro*, e que há uma *dependência quanto ao olhar do outro*. Posteriormente, ela contou ter *lidado* com a situação, começando a compartilhar a informação em contextos oportunos, tendo em vista que aprendeu a *parar de se incomodar com o que os outros pensam*. Segundo ela, todo esse processo foi ancorado no fato de que o *amor pela filha era inabalável e estava acima de qualquer coisa*¹².

12 Vale destacar que ainda que seu caso exemplifique bem o objetivo do coletivo quanto a essa questão, ela passou por todo o processo antes mesmo de adentrá-lo, o que demonstra que ele não é exclusivo de suas integrantes. Contudo, ela também falou sobre como teria sido tudo mais fácil, rápido e tranquilo se

O amor ocupou centralidade nos discursos de membros do coletivo, figurando como categoria base de suas mobilizações. É por *amarem* as/os filhas/os que não apenas as/os *acolheram*, mas se engajaram em uma luta por e junto a elas/eles. Há, nesse sentido, uma produção de discursos emocionais que estão imbricados à maternidade, na medida em que as emoções e práticas de *amor*, *carinho* e *cuidado* não são desvinculadas do fato de que essas mulheres são mães. Isso foi demonstrado, por exemplo, através da fala de Teresa de que, ao se aproximar do coletivo, foi prontamente recebida com muitas demonstrações de *afeto*, e que as outras integrantes se mostraram *super carinhosas, coisa de mãe mesmo*. Há, ainda, um destaque e supervalorização de sua figura materna, que parece não apenas motivar, mas legitimar sua atuação, assim como expresso em outros movimentos protagonizados por mães (Brites & Fonseca, 2013; Vianna & Farias, 2011; Novais, 2018)¹³. A percepção dessa forma de legitimação era, inclusive, algo percebido por algumas delas, como exemplificado em uma fala de Rita. Segundo ela, o coletivo era *recebido de portas abertas em qualquer lugar*, como hospitais, delegacias e órgãos como conselho tutelar, na medida em que eram mães falando de uma *realidade que precisa ter atenção e não está tendo*, e que esse nome [mãe] tem um peso.

Essa evocação do amor pode ser pensada, também, como uma estratégia em que tais mulheres dramatizam e alteram as relações sociais à sua volta, desafiando e reinscrevendo diferenças de poder (Abu-Lughod & Lutz, 1990). Contrapondo as produções discursivas em torno da comunidade LGBTQIA+ que mobilizam sentimentos como o ódio e o desprezo, as Mães se empenham na construção de discursividades pautadas no *amor, respeito e orgulho*. Como exposto por William Miller (1997), o desprezo e desgosto apresentam intenso significado político, trabalhando em hierarquizações morais entre quem sente e a quem esses sentimentos são direcionados. Maria Elvira Díaz-Benítez, Kaciano Gadelha e Everton Rangel (2021) apontaram que emoções como desprezo, nojo e humilhação apresentam-se enquanto potenciais chaves de interpretação das gramáticas da LGBTfobia, na medida em que revelam a criação e manutenção de “exercícios hierárquicos da diferença” (Díaz-Benítez; Gadelha & Rangel, 2021, p. 12).

Assim, se por um lado, essas emoções são por vezes dirigidas às minorias de gênero e sexualidade, produzindo e reforçando hierarquias sociais e morais; por outro, o amor,

já conhecesse o grupo no período em que vivenciou tudo isso. Podemos pensar, então, que boa parte do que tentam fazer as Mães é catalisar e facilitar tais vivências, além de torná-las menos solitárias para as mulheres que as experimentam.

- 13 Essencial destacar que, ainda que tenham em comum esse acionamento da maternidade como fonte de legitimidade, os movimentos de familiares de vítimas de violência policial trazem como aspecto central o racismo e o genocídio enquanto política de Estado, sendo formados, em sua maioria, por mães negras e periféricas, ao contrário do Mães pela Liberdade, em grande parte integrado por mulheres brancas de classes médias.

respeito e orgulho são acionados aqui como emoções potencialmente capazes de subverter essa “superioridade moral da heterossexualidade” (Oliveira, 2011) e da cisgeneridade. Ao amarem as/os filhas/os e publicizarem tal sentimento, colocam sob rasura a noção de que elas/eles são moral e socialmente inferiores, e que por isso não são dignos de amor, e por extensão, de direitos. Há, também, uma dimensão da mobilização do amor que busca alterar tais relações de poder a partir de uma percepção de que, ao demonstrarem publicamente que amam as/os filhas/os, materializam para outras famílias essa possibilidade de amar e acolher familiares LGBTQIA+. Como posto por uma mãe acerca do efeito de demonstrar o amor pelo filho, *se você tem essa família que fala isso pro seu filho, você atrai isso pras outras famílias também.*

Assim, é porque *riem, choram, brigam, amam*, e, portanto, *sentem*, bem como por serem suas/seus filhas/os, que são pessoas dignas de amor, respeito e de direitos. Podemos formular, portanto, que a estratégia das Mães parece ser a de estabelecer e evidenciar a humanidade dos/das filhos/as através de reiteraões morais e emocionais, em que se aproveitam da suposta força do amor materno para reinventarem o que é ser uma mãe ou uma família de LGBTQIA+. Em vista disso, e como exposto no trecho que abriu esse texto, são as *emoções* advindas do conhecimento sobre as *dificuldades* vivenciadas pela população LGBTQIA+ que incentivaram as mães a se tornarem Mães pela Liberdade, *ocupando as esquinas da cidade e gritando* para que assim fossem ouvidas.

Considerações finais

Inserindo-se em um contexto de disputas de significados e discursividades em torno das vivências e direitos da comunidade LGBTQIA+, as Mães pela Liberdade se empenham em subverter lógicas referentes a categorias como maternidades e famílias. Colocam-se em oposição a discursos de que as diversidades de gênero e sexualidade são ameaças à instituição familiar, na medida em que expõem e reiteram não apenas o fato de que seus/suas filhos/as possuem uma família, mas que são *inabalavelmente* amados/as por elas. Capturam noções do senso comum sobre a maternidade, ao mesmo tempo em que constroem novos significados para essas experiências.

Silvia Aguião (2018) abordou como já há algum tempo tem se demarcado na cena do movimento LGBT a mobilização das mães, de forma a angariar solidariedade pública em torno dos direitos LGBT. Essa estratégia tem se dado a partir de discursos em que é destacado o “sofrimento da discriminação, do preconceito e da violência cometida contra seus filhos”, na medida em que “as mães também sofrem a homofobia quando os seus filhos são vitimados.” (Aguião, 2018, p. 164). Seja a partir da reiteração do amor

ou do sofrimento vivenciado por essas mulheres, há uma recorrência do acionamento de discursos emocionais como estratégia política do movimento. Como vimos anteriormente, essa tática é também mobilizada pelas próprias pessoas LGBTQIA+.

Nesse sentido, os discursos emocionais e morais figuram enquanto estratégia de construções epistemológicas, ontológicas e políticas em disputa, tanto por setores contrários às diversidades sexuais e de gênero quanto por aqueles aliados a elas. As emoções figuram, assim, como produtoras de efeitos em suas vidas e relações, e como ferramentas para produzir efeitos e transformações no cenário político mais amplo. O medo e o amor aparecem como motivadores de sua adesão à militância, e são mobilizados, assim como uma gama de outros sentimentos, em sua atuação coletiva.

Podemos refletir sobre como esse trabalho emocional em que se empenham as integrantes do coletivo é, também, um trabalho cognitivo. A reordenação - ou tentativa de reordenação - de seus sentimentos é acompanhada de um processo de aprendizagem, em que, a partir da *saída da bolha*, reelaboram suas visões de si e do mundo à sua volta. Dessa maneira, saem de um estágio inicial de desconhecimento sobre questões relativas à comunidade LGBTQIA+ para o de instrução e de incentivo à aprendizagem por parte de outras mães.

Por fim, ainda que as interlocutoras aqui apresentadas tenham se posicionado enquanto *militantes* ou *ativistas*, nem todas as participantes do coletivo necessariamente se consideram enquanto tais. Muitas delas buscam o grupo e passam a integrá-lo por desejarem compartilhar e trabalhar suas angústias e questões em relação aos filhos e filhas, sem necessariamente passarem a se engajar politicamente. Nesse sentido, se em muitos casos o trabalho emocional vivenciado a partir da adesão ao grupo culmina em uma atuação política por parte das Mães, esse não é o único caminho possível a ser trilhado por elas.

Referências

Abu-Lughod, Lila; Lutz, Catherine (1990). Introduction: Emotion, discourse and the politics of everyday life. In C. Lutz & L. Abu-Lughod (ed.), *Language and the Politics of Emotion* (pp. 1-23). Cambridge: Cambridge University Press.

Aguião, Silvia (2018). *Fazer-se no "Estado": uma etnografia sobre o processo de constituição dos "LGBT" como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: EdUERJ.

Álvarez, Maria Inés. F. (2011). Além da racionalidade: o estudo das emoções como práticas políticas. *Mana*, 17(1), pp. 41-68.

Badinter, Elisabeth (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Batista, Maria Alice Magalhães da Silva (2021). Ocupação dos espaços públicos e militância materna para fora do armário: atuação política entre integrantes do coletivo mães pela liberdade. *Novos Debates*, 7(2), pp. 1-17.

Blackwood, Evellyn (1995). Falling in love with na-Other lesbian: reflections on identity in fieldwork. In: D. Kulick & M. Wilson, *Taboo: Sex, Identity and Erotic Subjectivity in Anthropological Fieldwork* (pp.51-70). New York: Routledge.

Brites, Jurema & Fonseca, Cláudia (2013). As metamorfoses de um movimento social: Mães de vítimas de violência no Brasil. *Anál. Social*, 209(1), pp.858-877.

Butler, Judith (2019). *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora.

____ (2020). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

Coelho, Maria Cláudia (2010). Narrativas da violência: a dimensão micropolítica das emoções. *Mana*, 16(2), pp. 265-285.

Díaz-Benítez, Maria Elvira; Gadelha, Kaciano & Rangel, Everton (2021). Nojo, humilhação e desprezo: uma antropologia das emoções hostis e da hierarquia social. *Anuário Antropológico*, 46(3), pp.10-29.

Facchini, Regina & Lins França, Isadora (2009). De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, 3(1), pp. 54-81.

Estado de Minas (2018). Polícia investiga agressão a travestis e tumulto na Avenida Afonso Pena (11 de outubro). Belo Horizonte. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2018/10/11/interna_gerais,996535/policia-investiga-agressao-a-travestis-e-tumulto-na-avenida-afonso-pen.shtml

Freire, Lucas (2020). Em defesa da dignidade: moralidades e emoções nas demandas por direitos de pessoas transexuais. *Mana*, 26(2), pp. 1-30.

Gomes, Edlaine de Campos & Menezes, Rachel Aisengart (2008). Etnografias possíveis: “estar” ou “ser” de dentro. *Ponto Urbe*, 3, pp. 1-24.

Haraway, Donna (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, pp. 7-41.

Hochschild, Arlie Russel (2013). Trabalho Emocional, regras de sentimento e estrutura social. In: M. C. Coelho (ed.), *Estudos Sobre Interação: textos escolhidos* (pp.169-209). Rio de Janeiro: EDUERJ.

Lutz, Catherine (1990). Engendered emotion: gender, power, and the rhetoric of emotional control in American discourse. In: C. Lutz & L. Abu-Lughod (ed.), *Language and the Politics of Emotion* (pp.69-91). Cambridge: Cambridge University Press.

- Mauss, Marcel (1979). A expressão Obrigatória dos Sentimentos. In R. Cardoso de Oliveira (ed.), *Mauss: Antropologia* (pp. 147-153). São Paulo: Ática.
- Mead, Margaret (1999). *Sexo e Temperamento*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Miller, William (1997). *The anatomy of disgust*. Harvard: Harvard University Press.
- Novais, Kaito Campos de (2018). *Gestos de amor, gestações de lutas: uma etnografia desenhada sobre o movimento mães pela diversidade*. Dissertação de Mestrado, PPGAS/ Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO, Brasil.
- Oliveira, Leandro (2011). Diversidade sexual, gênero e família: notas sobre o problema da superioridade moral da heterossexualidade. In G. Passamani (ed.), *(Contra)Pontos: ensaios de gênero, sexualidade e diversidade sexual* (pp.53-65). Campo Grande: Editora UFMS.
- ____ (2013). *Os sentidos da aceitação: família e orientação sexual no Brasil contemporâneo*. Tese de Doutorado, PPGAS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
- Pratt, Mary Pouise (2016). Trabalho de Campo em Lugares Comuns. In J. Clifford & G. Marcus (ed.), *A Escrita da Cultura: poética e política da etnografia* (pp. 63-90). Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/EdUFRJ.
- Rezende, Claudia B. & Coelho, Maria Cláudia (2010). *Antropologia das Emoções*. Rio de Janeiro: FGV.
- Rolemberg, Igor (2021). Ritual, emoções e engajamento militante: a produção em ato da *mística* na romaria dos mártires da floresta em Nova Ipixuna/PA. *Revista De Antropologia*, 64(2), pp.1-22.
- Rosaldo, Michele Zimbalist (2019). Em direção a uma antropologia do self e do sentimento. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, 18(54), pp. 31-49.
- Vianna, Adriana & Farias, Juliana (2011). A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. *Cadernos Pagu*, 37, pp. 79-116.

Recebido em 06 de fevereiro de 2023.

Aceito em 17 de outubro de 2023.

Sobre medo, amor e engajamento: micropolítica das emoções a partir da militância de integrantes do coletivo Mães pela Liberdade

Resumo

Neste artigo, proponho reflexões tecidas a partir da interlocução com integrantes do coletivo de familiares de pessoas LGBTQIA+, Mães pela Liberdade, realizada através de entrevistas durante 2020 e 2021 e de trabalho de campo durante 2022. A partir de arcabouço teórico da Antropologia das Emoções, pretendo refletir sobre as narrativas de algumas mães acerca de sua adesão ao coletivo, bem como das transformações em suas subjetividades, possibilitadas pelo engajamento político, abordando o modo como tais falas foram permeadas por uma gramática das emoções. Desenvolvo, também, como essa gramática foi mobilizada enquanto ferramenta política na luta pelos direitos dos/das filhos/as e contra a LGBTfobia, a partir da evocação de categorias como acolhimento e amor num contexto de aliança ao movimento LGBTQIA+. Partindo de uma perspectiva micropolítica das emoções, proponho que exista um gerenciamento discursivo dessas emoções como forma de criar efeitos no cenário de políticas sexuais brasileiro, constando como prática de resistência e de aliança às minorias de gênero e sexualidade.

Palavras-chave: militância materna; movimento LGBT; antropologia das emoções; família.

Fear, love and political action: micropolitics of emotion based on the activism of the Mothers for Liberty

Abstract

This is an analysis constructed through interviews performed in 2020 and 2021 with members of the collective of LGBTQIA+'s families, Mães pela Liberdade, and through fieldwork in 2022. The objective is to reflect on the narratives of some mothers about their adherence to the collective, as well as the transformations in their subjectivities experienced through their involvement in the collective, arguing that those narratives were pervaded by an emotional grammar. The goal is also to address how this grammar was used as a political tool in their mobilization for the rights of their children, and against LGBTphobia, based on the evocation of categories such as acceptance and love in a context of alliance with the LGBTQIA+ movement. From a micropolitical perspective of emotions, the intention is to highlight how there is a discursive management of such emotions as a way to create effects in the Brazilian scenario of sexual politics, consisting as a practice of resistance and an alliance with gender and sexuality minorities.

Keywords: activist mothering; LGBT movement; anthropology of emotions; family.